

DIREITO INTERNACIONAL
E DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

Coleção Relações Internacionais e Globalização, 44

Manlio Frigo

Professor Catedrático de Direito da União Europeia na Universidade Estatal de Milão
Professor no Programa de Doutorado em Direito Internacional Econômico da Universidade Luigi Bocconi

DIREITO INTERNACIONAL E DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA — Estudos e Conferências —



Editora UNIJUI

Ijuí
2014

© 2014, Editora Unijuí
Rua do Comércio, 1364
98700-000 - Ijuí - RS - Brasil -
Fone: (0__55) 3332-0217
Fax: (0__55) 3332-0216
E-mail: editora@unijui.edu.br
Http://www.editoraunijui.com.br

Editor: Gilmar Antonio Bedin

Editor-Adjunto: Joel Corso

Capa: Alexandre Sadi Dallepiane

Imagem odeteana: DAOLIVEIRA

Responsabilidade Editorial, Gráfica e Administrativa:

Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste
do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí; Ijuí, RS, Brasil)

Catálogo na Publicação:
Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques – Unijuí

F912d Frigo, Manlio.

Direito internacional e direito da União Europeia: estudos e conferências / Manlio Frigo. – Ijuí : Ed. Unijuí, 2014. – 264 p. – (Coleção relações internacionais e globalização ; 44)

ISBN 978-85-419-0137-6

1. Direito. 2. Direito internacional. 3. União Europeia. I. Título.
II. Título: Estudos e conferências. IV. Série.

CDU : 341

341.1/8

Editora Unijuí afiliada:



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



A Coleção *Relações Internacionais e Globalização* é uma iniciativa da Editora Unijuí, direcionada à publicação de textos que privilegiem a abordagem interdisciplinar dos diversos aspectos que envolvem as relações internacionais. O objetivo da coleção é colocar à disposição dos leitores interessados um conjunto de obras que contribuam para a qualificação do debate sobre o tema e ajudem na compreensão das transformações do mundo atual.

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Jorge Ramalho da Rocha (UNB – Brasil)
Argemiro Luís Brum (Unijuí – Brasil)
Arno Dal Ri Júnior (Fondazione Cassamarca – Itália)
Doglas Cesar Lucas (Unijuí – Brasil)
Eduardo Biacchi Gomes (PUC/PR e Unibrasil – Brasil)
Francesco Leita (Universidade de Pádua – Itália)
Gabriele Orcalli (Universidade de Pádua – Itália)
Gigliola Landucci (Universidade de Pádua – Itália)
Gilmar Antonio Bedin (Unijuí – Brasil)
Isaac Maidana (Ministério das Relações Exteriores – Bolívia)
Isabel Vaz (UFMG – Brasil)
José Manuel Pureza (Universidade de Coimbra – Portugal)
Luis Humberto Villwock (Unisinós – Brasil)
Luiz Antônio Pinazza (FGV – Brasil)
Marcel Marloie (Inra – França)
Marcos Sawaya Jank (Icône – Brasil)
Mauro de Rezende Lopes (FGV – Brasil)
Odete Maria de Oliveira (UFSC – Brasil)
Rafael A. Duarte Villa (USP – Brasil)
Raimundo Batista dos Santos Junior (Ufpi – Brasil)
Rene Mauget (Essec – Imia – França)
Rui Moura Ramos (Universidade de Coimbra – Portugal)
Shiguenoli Miyamoto (Unicamp – Brasil)
Sidney Guerra (UFRJ – Brasil)
Valeriano Mendes Ferreira Costa (Unicamp – Brasil)
Wagner de Menezes (USP/SP – Brasil)
Wladimir Brito (Universidade do Minho – Portugal)

COMITÊ EDITORIAL

Argemiro Luís Brum (Unijuí – Brasil)
Gilmar Antonio Bedin (Unijuí – Brasil) – Coordenador
Odete Maria de Oliveira (UFSC – Brasil)
Arno Dal Ri Júnior (Fondazione Cassamarca – Itália)
Raimundo Batista dos Santos Junior (Ufpi – Brasil)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
------------------------	----------

Arno Dal Ri Jr.

PARTE 1

ESTUDOS E CONFERÊNCIAS SOBRE DIREITO INTERNACIONAL.....	27
--	-----------

A Evolução Histórica do Instituto da Proteção Diplomática no Sistema da Organização das Nações Unidas	29
--	----

O Desfrute Pacífico da Posse, a Expropriação e o Controle do Uso de Propriedade no Sistema Europeu de Proteção dos Direitos Humanos.....	49
--	----

A Proteção de Arte, Ciência, Pesquisa e Cultura. Uma Perspectiva de Direito Internacional.....	81
---	----

Obras de Arte Saqueadas e o Direito Internacional Público: Princípios Gerais e Convenções Internacionais	113
---	-----

Bens Culturais ou Patrimônio Cultural: uma Batalha Terminológica no Direito Internacional?.....	145
--	-----

Regras Éticas e Códigos de Honra Relacionados a Atividades Museológicas: um Suporte Complementar à Abordagem do Direito Internacional Privado Acerca da Circulação de Propriedade Cultural.....	161
--	-----

PARTE 2

ESTUDOS E CONFERÊNCIAS SOBRE DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA	187
---	------------

Órgãos Jurisdicionais de Última Instância, Violação do Direito da União Europeia e Responsabilidade Extracontratual dos Estados-Membros.....	189
--	-----

Cumulação e Questões de Prioridade dos Meios de Notificação no Direito da União Europeia.....	201
--	-----

Da Convenção de Madri à Euroregião: Provas de Integração Transfronteiriça.....	217
---	-----

Referências.....	245
------------------	-----

INTRODUÇÃO

1.

A coletânea de ensaios contida nesta obra foi pensada em 2011, durante a segunda visita realizada por Manlio Frigo à Ilha de Santa Catarina, ocasião em que ministrou a conferência de abertura do Congresso “A Jurisprudência nos Processos de Integração Regional”, promovido pelo Grupo de Pesquisas em Direito Internacional “Ius Gentium” e pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Os ensaios que nela estão abrigados originalmente publicados em italiano, inglês e francês, foram objeto de estudo nas reuniões do citado grupo de pesquisa, tendo sido por nós traduzidos e já publicados em revistas científicas brasileiras voltadas à análise do fenômeno jurídico internacional. A obra contém, portanto, textos selecionados pelo próprio grupo florianopolitano com vistas ao desenvolvimento das nossas atividades cotidianas internas. O objetivo, em um primeiro momento, era fornecer aos jovens pesquisadores do grupo que estavam iniciando sua trajetória na academia entre dissertações de Mestrado e teses de Doutorado, o rico instrumental teórico e a análise aguda que caracteriza os escritos de Manlio Frigo.

2.

Na sua formação enquanto acadêmico, obtida na Faculdade de Direito da Universidade Estatal de Milão, Manlio Frigo teve contato direto com Roberto Ago e Piero Ziccardi, assim como com Mario Giuliano, juristas

cujas contribuições teóricas colaboraram de modo marcante para a ciência do direito internacional a partir da década de 40 do século 20, lançando as bases daquela que hoje vem frequentemente identificada como a “Escola de Milão” no direito internacional.¹ Foi a personalidade de Ziccardi, contudo, na época já renomado professor catedrático, que marcou esta primeira fase do itinerário formativo de Frigo, fazendo com que as análises presentes na sua tese, defendida no ateneu de Milão em 1980, fossem sobretudo voltadas para questões ligadas ao tratamento dado a institutos de direito privado no âmbito do direito internacional. Sob a orientação de Ziccardi, com a coorientação de Giorgio Sacerdoti, a tese apresentada por Frigo no final da sua formação doutoral teve como título *Le limitazioni dei diritti patrimoniali privati nel diritto internazionale*.

Poucos meses após a defesa da tese, Frigo obteve aprovação em concurso público para ingresso na carreira acadêmica enquanto pesquisador-docente na Faculdade de Direito da Universidade Bergamo, e nesta atuou entre 1981 e 1994. Logo após, no período entre 1994 e 2000, assumiu como professor associado na Faculdade de Direito da Universidade Estatal de Milão, iniciando seu longo percurso de estudos sobre temas ligados sobretudo à tutela jurídica internacional do patrimônio artístico e cultural, assim como a aspectos do direito internacional privado e processual no âmbito da União Europeia. Em 2000, já como *professore straordinario*, tornou-se responsável pela cátedra de Direito da União Europeia na Faculdade de Ciência Política da mesma Universidade, cadeira na qual foi efetivado como titular a partir de 2003. Ainda em 2000 passa a fazer parte do colegiado do Programa de Doutorado em Direito Internacional Econômico oferecido pela Universidade Luigi Bocconi, de Milão, na época coordenado por Giorgio Sacerdoti. Tal Programa contextualiza-se no panorama italiano como a principal escola de formação na área em nível de Pós-Graduação, sendo voltada sobretudo a

¹ Outros expoentes da “Escola de Milão”, alunos de Piero Ziccardi e de Mario Giuliano, são os professores Giorgio Sacerdoti, ex-presidente do Órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio; Fausto Pocar, ex-presidente do Tribunal Penal para a ex-Iugoslávia; Tullio Treves, juiz no Tribunal Internacional do Mar; Roberta Clerici, Alberto Santa Maria, Riccardo Luzzatto, Pierluigi Lamberto Zanardi e Bruno Nascimbene. Fundadas pela “Escola” e com sede na Universidade de Milão, encontram-se as revistas *Comunicazioni e Studi* e *Rivista di diritto internazionale privato e processuale*.

promover a pesquisa interdisciplinar sobre o direito internacional que rege as relações econômicas entre Estados e as atividades comerciais transnacionais de operadores privados.

Na docência em âmbito internacional, o autor desde 2008 atua como professor visitante na Universidade de Paris II (Panthéon-Assas), assim como atuou na Université Paris 11 (Sceaux), na França, na Louisiana State University, nos Estados Unidos, nas universidades de Pequim e de Wuhan, na China, em 2008, e na Universidade de Seul, na Coreia do Sul, em 2011. Ainda no âmbito francês, Frigo faz parte do *Groupement de Recherche International Droit du patrimoine culturel et droit de l'art* do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) e colabora ativamente com o *Centre de recherche "Droit du patrimoine culturel"* da Université Paris Sud, dirigido pelos professores Marie Cornu e Jérôme Fromageau.

Paralelamente à atividade acadêmica e fruto de seus estudos sobre o reconhecimento de laudos arbitrais estrangeiros segundo a convenção de Nova York de 1958 e sobre resolução de litígios no âmbito internacional privado, em particular no que respeita ao comércio de obras de arte, Frigo também mantém uma estreita colaboração com a Câmara Arbitral de Milão, em cujo curso de formação leciona, atuando também como presidente de juntas arbitrais. Como advogado, ao contrário, atua junto a Câmara Arbitral de Bruxelas (Cepani).

No contexto italiano, o autor também é presidente da *Società Italiana per l'Organizzazione Internazionale — Sezione Lombardia*, e membro da *Società Italiana di Diritto Internazionale*. Além destas, também faz parte da *American Society of International Law*, da *Société française pour le droit international* e da *International Law Association*. Desde 1989 pertence ao Comitê internacional de *experts* encarregado pela Unidroit de predispor o projeto de convenção sobre a restituição de bens culturais roubados ou ilicitamente exportados, condição que o levou a participar — desta vez como representante da *International Law Association* — dos trabalhos da Conferência diplomática sobre a restituição de bens culturais roubados ou ilicitamente exportados, que ocorreram em Roma, no mês de junho de 1995. Em 2012 Frigo ainda participou como conferencista na *2th International Conference of Experts on the Return of Cultural Property*, ocorrida em Seul, na Coreia do Sul, promovida pela Unesco.

Entre seus principais orientandos, encontram-se jovens pesquisadores que têm se demonstrado valorosos na academia, tais como Mara Valenti,²

² Entre as publicações de Mara Valenti constam os livros Frigo, Manlio, Lang, Alessandra e Valenti, Mara (a cura di, con la collaborazione di Mario Molognoni, Anna De Luca, Jacopo Re e Michele Barbieri). *Diritto dell'Unione europea e della Comunità internazionale*. Casi e materiali. 2.a ed. Torino: Giappichelli, 2011; *Gli standard di trattamento nell'interpretazione dei trattati in materia di investimenti stranieri*. Torino: Giappichelli, 2009; e os artigos e capítulos de livro: Il Protocollo n. 11 alla Convenzione Europea per la protezione dei diritti dell'uomo: ancora una soluzione di compromesso? *Rivista di Diritto Internazionale Privato e Processuale*, 2 (2000), p. 397-426; Resenha ao livro *L'Organizzazione Mondiale del Commercio*. Venturini, Gabriela, Adinolfi, Giovanna, Dordi, Claudio e Lupone, Angela. Milano: Giuffrè, 2000, *Diritto Comunitario e degli Scambi Internazionali*, 4 (2000), p. 871-874; I criteri di giurisdizione nelle convenzioni internazionali contro la corruzione. In: Sacerdoti, Giorgio (a cura di). *Responsabilità d'impresa e strumenti internazionali anticorruzione*. Milano: Egea, 2003, p. 57-68; A interpretação dos Tratados no Mecanismo de Soluções das Controvérsias do Gatt e da OMC. In: Dal Ri Jr., Arno e Oliveira, Odete de (Orgs.). *Direito Internacional Econômico em Expansão*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003, p. 323-359; Il rifiuto di annullamento di un lodo impugnato per motivi inerenti al diritto applicato ed alla violazione dei principi della litispendenza e della *res judicata*. *Rivista dell'Arbitrato*, 4 (2003), p. 815-836; Il trattamento "conforme al diritto internazionale" degli investimenti stranieri nelle convenzioni internazionali. *Diritto del Commercio Internazionale*, 4 (2004), p. 973-990; L'unione doganale e la politica commerciale comune. In: Lang, Alessandra e Adinolfi, Giovanna (a cura di). *Il Trattato che adotta una Costituzione per l'Europa*: Quali limitazioni all'esercizio dei poteri sovrani degli Stati? Milano: Giuffrè, 2006, p. 175-191; Lo stato di necessità nei procedimenti arbitrali ICSID contro l'Argentina: due soluzioni contrapposte. *Rivista di Diritto Internazionale*, 1 (2008), p. 114-135; The Most Favoured Nation Clause in BITs as a Basis for Jurisdiction in Foreign Investor-Host State Arbitration. *Arbitration International*, 3 (2008), p. 447-465; Valenti, Mara. Controversie commerciali o controversie sugli investimenti? Una distinzione che fa la differenza sul piano dei rimedi disponibili anche in ambito Nafta. *Rivista dell'Arbitrato*, 4 (2008), p. 139-152; Il contributo dei trattati in materia di investimenti stranieri allo sviluppo del paese ospitante. Venturini, Gabriela (a cura di). *Le nuove forme di sostegno allo sviluppo nella prospettiva del diritto Internazionale*. Torino: Giappichelli, 2009, p. 83-94. An Overview of the International Law on Foreign Investments. In: Cicchetti, Anna, Frosini, Justin Orlando et GOLLA, Marcella (Eds.). *Public Law and Regulation*. Santarcangelo di Romagna: Maggioli, 2011; The Scope of an Investment Treaty Dispute Resolution Clause. It is not Just a Question of Interpretation. *Arbitration International*, 2 (2013), p. 243-262; La competenza ICSID nelle controversie relative al debito obbligazionario. In: G. Adinolfi, Giovanna e Vellano, Michele (Eds.). *La crisi del debito sovrano degli Stati dell'area euro*: Profili giuridici. Torino: Giappichelli, 2013, p. 181-197; Restricting the Scope of International Investment Agreement as a Means to Set Limits to the Extent of Arbitral Jurisdiction. *Transnational Dispute Management*, 1 (2014), Special Issue on the "Reform of Investor-State Dispute Settlement: in Search of a Roadmap"; The Protection of General Interests of Host States in the Application of the Fair and Equitable Treatment Standard. In: Sacerdoti, Giorgio, Acconci, Pia, Valenti, Mara e De Luca, Anna (Eds.). *General Interests of Host States in International Investment Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 26-57.

Jacopo Re³ e Michele Barbieri,⁴ atuantes na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Milão. A primeira dedica-se à tutela jurídica dos investimentos internacionais, o segundo, ao direito da União Europeia e ao direito internacional privado, e o terceiro à análise de aspectos jurídicos referentes à

³ Sui requisiti di forma delle donazioni nel diritto internazionale privato. *Famiglia e diritto*, 2013, p. 463-477; La Corte di giustizia e l'art. 4 della convenzione di Roma: il caso ICF. *Rivista di diritto internazionale privato e processuale*, 2010, p. 407-436; Il diritto internazionale privato italiano delle successioni. *Rivista giuridica dell'ISAIDAT*, 2010, p. 97-112; La determinazione della "materia civile e commerciale" del Regolamento 44/2001 alla luce di alcune recenti pronunce giurisprudenziali. *Foro padano*, I (2008), coll. 374-391.

⁴ Sovereign wealth funds as protected investors under BITs and the safeguard of the national security of host states. In: Sacerdoti, Giorgio et al. (Eds.). *General Interests of Host States in International Investment Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014; The settlement of disputes between foreign Sovereign Wealth Funds and host States through international investment arbitration. *Diritto del Commercio Internazionale*, 3 (2011); contributor for the handbook: Frigo, Manlio, Lang, Alessandra e Valenti, Mara (a cura di, con la collaborazione di Mario Molignoni, Anna De Luca, Jacopo Re e Michele Barbieri). *Diritto dell'Unione europea e della Comunità internazionale*. Casi e materiali. 2.a ed. Torino: Giappichelli, 2011; Foreign investments in Belarus: recent developments in regulatory issues. *Diritto del Commercio Internazionale*, 4 (2010), em colaboração com Alena Petrushkevich; A new challenge for the European Union: Regulating the investments of Sovereign Wealth Funds while preserving the Competitiveness of the European Market. In: VV. AA. Совершенствование архитектуры внешнеэкономических связей и повышение международной конкурентоспособности России: материалы международной научно-практической конференции (Москва, 22 апреля 2009 г.). Moscow, 2010; *Economists and Lawyers Working Together*. A Multidisciplinary Approach for Policy Orientated Researches in the Fields of Foreign Investments and Economic Development. Unctad — Virtual Institute Digital Library, 2010; *СОВЕРШЕНСТВОВАНИЕ ИНВЕСТИЦИОННОГО ЗАКОНОДАТЕЛЬСТВА ДЛЯ ПРИВЛЕЧЕНИЯ ЭФФЕКТИВНЫХ ПРЯМЫХ ИНОСТРАННЫХ ИНВЕСТИЦИЙ В РЕСПУБЛИКИ БЕЛАРУСЬ* в *БЕЛАРУССКИЙ ЭКОНОМИЧЕСКИЙ ЖУРНАЛ*. 1 (2010), em colaboração com Alena Petrushkevich; *Sovereign Wealth Funds and the Principle of State Immunity from Taxation*. Which Implications for Economic Development? Unctad — Virtual Institute Digital Library, 2010; *Streamlining the Law on Foreign Investments Protection in the Republic of Belarus*. Bank Bulletin Magazine [published by the Central Bank of the Republic of Belarus], 34 (471), December 2009, em colaboração com Alena Petrushkevich; *The International Regulation of Sovereign Wealth Funds*. Which Role for the European Union? UNCTAD — Virtual Institute Digital Library, 2009; *Developing Countries and their Natural Resources*. From the Elaboration of the Principle of Permanent Sovereignty over Natural Resources to the Creation of Sovereign Wealth Funds. Unctad — Virtual Institute Digital Library, 2009.

crise da dívida soberana dos Estados. Na Escola de Direito da Universidade Luigi Bocconi, também em Milão, encontra-se Mario Molignoni,⁵ especializado em direito da cooperação internacional em matéria de assistência e monitoramento de eleições. Por fim, Vittorio Mainetti,⁶ na Universidade de Genebra, trabalha temas ligados ao direito das organizações internacionais e à história do direito internacional.

⁵ Entre as publicações de Mario Molignoni ou com as quais colaborou, constam: Frigo, Manlio, Lang, Alessandra e Valenti, Mara (a cura di, con la collaborazione di Mario Molignoni, Anna De Luca, Jacopo Re e Michele Barbieri). *Diritto dell'Unione europea e della Comunità internazionale*. Casi e materiali. 2.a ed. Torino: Giappichelli, 2011; *Trasporti, reti, energia*. In: Adinolfi, Giovanna et LANG, Alessandra (a cura di). *Il Trattato che adotta una Costituzione per l'Europa: quali limitazioni all'esercizio dei poteri sovrani degli Stati? Milano: Giuffrè, 2006; FRIGO, Manlio e Lang, Alessandra (a cura di, con la collaborazione di Mara Valenti, Mario Molignoni, Anna De Luca). Diritto dell'Unione europea e della Comunità internazionale*. Casi e materiali. 1.a ed. Torino: Giappichelli, 2005; *L'attività dell'Organizzazione per la Sicurezza e la Cooperazione in Europa in materia di assistenza e osservazione elettorale: alcune considerazioni*. In: Orrù, Romano e Sciannella, Lucia (a cura di). *Limitazioni di sovranità e processi di democratizzazione*. Torino: Giappichelli, 2004; *Assistenza e monitoraggio delle elezioni da parte dell'Unione europea*. In: Ganino, Mario et Venturini, Gabriella (a cura di). *L'Europa di domani: verso l'allargamento dell'Unione*. Milano: Giuffrè, 2001.

⁶ Entre as publicações de Vittorio Mainetti, constam *Alberico Gentili and International Law/Alberico Gentili et le droit international*. Martinus Nijhoff Publishers, Leiden/Boston, em colaboração com Peter Haggemacher e Danio Campanelli (Eds.); *The League of Nations and the Emergence of Privileges and Immunities of International Organizations*. In: Virzo, Roberto e Ingravallo, Ivan (Eds.). *Evolutions in the Law of International Organizations*. Leiden/Boston: Martinus Nijhoff, 2014, 36 p.; *Diplomatic Law at the Time of Alberico Gentili*. In: Haggemacher, Peter, Campanelli, Danio e Mainetti, Vittorio (Eds.). *Alberico Gentili and International Law / Alberico Gentili et le droit international*. Leiden; Boston: Martinus Nijhoff, 2014, 50 p.; *Commentaries to "Article 7"* and "Article 18". In: Kolb, Robert (Ed.). *Commentaire du Pacte de la Société des Nations*. Bruxelles: Bruylant, 2014, 47 e 22 p., em colaboração com Martin Denis.; *Protection et exploitation du patrimoine culturel subaquatique*. In: Camara, Abdoulaye e Négri, Vincent (Eds.). *La protection du patrimoine archéologique: fondements scientifiques et dimensions juridiques de l'archéologie*. Paris: L'Harmattan, 2014, 60 p.; *Diversità culturale e cooperazione culturale internazionale alla luce dell'azione normativa Dell'Unesco*. In: Cataldi, Giuseppe (a cura di). *Diritto internazionale e pluralità delle culture* (Proceedings of the 17th Annual Conference of the Italian Society of International Law, Napoli, 13-14 June 2013). Napoli: Edizioni scientifiche, 2014, 12 p.; *La coopération culturelle internationale et l'émergence du droit international de la culture*. In: Oriolo, Anna e Vigorito, Anna (a cura di). *Alcuni aspetti della "dimensione culturale" nel diritto internazionale e interno. Profili di tutela e valorizzazione*. Roma: Aracne, 2014, p. 171-221;

Book review: “Nout van Woudenberg (2012). State Immunity and Cultural Objects on Loan. Leiden: Martinus Nijhoff”. *The Hague Journal of Diplomacy*, 2 (2014), p. 211-213; De Nuremberg à La Haye: L’émergence des crimes contre la culture et la pratique des tribunaux internationaux. In: Négri, Vincent (Ed.). *Le patrimoine culturel, cible des conflits armés — De la guerre civile espagnole aux guerres du 21ème siècle*. Bruxelles: Bruylant, 2014, p. 151-181; La diversité culturelle à L’Unesco: ombres et lumières. In: FOBLETS, Marie-Claire e Yassari, Nadjma (Eds.). *Legal Approaches to Cultural Diversity/Approches juridiques de la diversité culturelle*. Leiden/Boston: Martinus Nijhoff, 2013, p. 59-107; La protection du patrimoine culturel subaquatique de la mer Méditerranée: Analyse des instruments régionaux applicables. In: De Faramiñán Gilbert, Juan Manuel e Gutierrez Castillo, Victor Luís (Eds.). *Coopération, sécurité et développement durable dans les mers et les océans*. Une référence spéciale à la Méditerranée/Sea and Ocean-Related Cooperation, Security and Sustainable Development. An Analysis with a Special Focus on the Mediterranean. Barcelona: Huygens Editorial, 2013, p. 95-124; Existe-t-il des crimes contre la culture? La protection des biens culturels et l’émergence de la responsabilité pénale internationale de l’individu. In: Odendahl, Kerstin e Weber, Peter Johannes (Eds.), *Kulturgüterschutz/Kunstrecht/Kulturrecht*. Festschrift für Kurt Siehr zum 75. Geburtstag aus dem Kreise des Doktoranden — und Habilitandenseminars “Kunst und Recht”. Baden-Baden: Nomos Verlag, 2010, p. 251-270; Le principe du patrimoine culturel de l’humanité: de la République des arts à un ordre public international. In: *Proceedings of the Conference: XII Giornata Gentiliana — Alberico Gentili. La salvaguardia dei beni culturali nel diritto internazionale* (San Ginesio, 22-23 settembre 2006). Milano: Giuffrè, 2008, p. 581-604; Violazioni gravi e “obbligo d’ingerenza culturale”. Brevi osservazioni intorno all’articolo 31 del Secondo Protocollo. In: Benvenuti, Paolo e Sapienza, Rosario (a cura di). *La tutela internazionale dei beni culturali nei conflitti armati*. Milano: Giuffrè, 2007, p. 275-296; Des crimes contre le patrimoine culturel? Réflexions à propos de la criminalisation internationale des atteintes aux biens culturels. Paper presented on May 15, 2004 at the European Society of International Law, published on the website: <http://www.esil-sedi.eu/sites/default/files/Mainetti_0.PDF>. (11p.); Des nouvelles perspectives pour la protection des biens culturels en cas de conflit armé: l’entrée en vigueur du Deuxième Protocole relatif à la Convention de La Haye de 1954. *International Review of the Red-Cross*, 854 (2004), p. 337-366 [also translated into English, Spanish and Italian]: <[http://www.icrc.org/web/fre/sitefre0.nsf/htmlall/634LKKU/\\$File/irrc_854_Mainetti.pdf](http://www.icrc.org/web/fre/sitefre0.nsf/htmlall/634LKKU/$File/irrc_854_Mainetti.pdf)>. Les traités secrets en droit international. In: Zen Ruffinen, Piermarco (Ed.). *Les secrets et le droit*. Enseignement de troisième cycle de droit romand. Zurich: Schulthess, 2004, p. 399-417; Quelle protection pour le patrimoine culturel subaquatique en Méditerranée? En attendant l’entrée en vigueur de la Convention de l’Unesco de 2001. In: Scovazzi, Tullio (Ed.). *La protezione del patrimonio culturale sottomarino nel mare Mediterraneo*. Milano: Giuffrè, 2004, p. 121-156; Le Protocole de La Haye de 1954 et les moyens pour empêcher le trafic illicite de biens culturels en cas de conflit armé. In: *Kulturgüterschutz betrifft uns alle/La protection des biens culturels nous concerne tous!* Actes du Congrès international sur la protection des biens culturels (Berne, 23-25 septembre 2002). Berne: Office fédéral de la protection de la population, Protection des biens culturels, 2003, p. 215-222; Considerazioni in tema di esercizio

3.

Por meio do constante e fecundo diálogo com a comunidade de internacionalistas do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Manlio Frigo participou de diversos e importantes congressos, seminários e conferências em Florianópolis, dentre os quais se destacam os congressos “Desafios Contemporâneos da Arbitragem Internacional: perspectivas normativas entre o público e o privado” (2013), “Jurisdição Internacional: Fragmentação e Obrigatoriedade” (2012), “A Jurisprudência nos Processos de Integração Regional: União Europeia e Mercosul” (2011), “O Direito Internacional Privado Perante os Processos de Integração Regional” (2009), o Seminário “*New trends in the settlement of disputes concerning the illicit trafficking in cultural property and the role of the lawyer*” (2013) e o curso “*New Perspectives in International Arbitration between public and private*” (2014), todos realizados no âmbito do PPPGD/UFSC e financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Em Milão, por sua vez, Frigo coordenou com os colegas catarinenses os seminários “*Le opere d’infrastruttura in Brasile e l’attuazione della Convenzione n. 169 del OIL sui diritti dei popoli indigeni e tribali*” (2014), “*La frammentazione della soggettività dello Stato nel Diritto Internazionale*” (2013), e “*Il Mercosul, sfide e prospettive hodiernе*” (2011), realizados no âmbito da Cátedra de Direito da União Europeia da Universidade de Milão e da *Società Italiana per la Organizzazione Internazionale — Sezione Lombardia*.

Seriedade e competência marcam as obras de Frigo e fizeram com que houvesse também um significativo reconhecimento por parte da Academia de Direito Internacional de Haia, na Holanda, uma das mais importantes instituições propagadoras da ciência do direito internacional. No ano de

della sovranità archeologica da parte dello Stato costiero. In: Camarda, Giulio t Scovazzi, Tullio (Eds.). *The Protection of the Underwater Cultural Heritage*. Legal Aspects. Milan: Giuffrè, 2002, p. 217-244.

2014, Frigo ministrou nesta Academia o curso “*Circulation of Cultural Property, Choice of Law and Methods of Dispute Resolution*”, um coroamento as suas quase duas décadas de estudos sobre o tema.

Entre os brasileiros que passaram pelos bancos de aula de Frigo, constam Maria de Lourdes Albertini, Aline Beltrame de Moura e Túlio Di Giacomo Toledo, estes últimos ex-alunos da Universidade Federal de Santa Catarina que deram continuidade nos seus estudos por meio dos programas de Doutorado dos ateneus de Milão, e também quem escreve estas linhas introdutórias, que entre os anos de 2000 e 2003 teve a oportunidade de diretamente trabalhar com o autor na capital lombarda.

4.

O texto que abre esta coletânea de ensaios e conferências de Manlio Frigo, publicados no Brasil, trata da codificação das matérias relacionadas à proteção diplomática elaborada pela Comissão de Direito Internacional (CDI) das Nações Unidas, salientando inovações significativas a respeito do modelo tradicional do direito internacional. A novidade do projeto, segundo Frigo, reside na evolução de instrumentos de tutela específicos de proteção diplomática no âmbito dos direitos humanos. Paralelamente a estas inovações, seria possível perceber que o Estado não deixa de se configurar como o principal titular do Direito no que respeita à proteção diplomática de nacionais e na pretensão de aplicar às normas internacionais consuetudinárias e pactícias nesta matéria.

O desfrute pacífico da posse, expropriação e controle de uso da propriedade no sistema europeu de direitos humanos é o tema do segundo texto da coletânea, em que o autor busca analisar a contradição referente à interpretação da proteção da propriedade privada entre o artigo 1º do Protocolo n. 1 da Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e as

Liberdades Fundamentais e a jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos. A problemática incide entre o equilíbrio do direito de propriedade como direito fundamental/individual e a função social imposta pela necessidade pública, uma vez que o instrumento normativo não estabelece um conceito claro de “propriedade” e “posse”, dificultando a reparação em caso de violação deste bem jurídico.

Na sequência, a presente coletânea examina como a liberdade de pensamento no anseio por uma sociedade livre, justa e humana perpassa a proteção internacional da propriedade intelectual, assim como aquela constitucional dada pela República Italiana. O objetivo do ensaio é, portanto, examinar se o ato constitutivo da Unesco, alguns tratados da União Europeia, o Pacto Econômico Social das Nações Unidas de 1996 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 podem ser identificados como disposições “constitucionais” no papel reservado às normas de proteção da propriedade intelectual no âmbito internacional.

A análise proposta no quarto texto refere-se à ilicitude no âmbito do direito internacional das práticas de confisco, pilhagem e saques em cidades inimigas durante as guerras. O autor apresenta como se configura, somente a partir do século 18 — por meio do conceito de guerra criado pelo iluminismo e o direito natural —, o processo de delineamento da ilicitude que envolve tais atos, assim como a evolução desta na doutrina perpassando o período anterior à Primeira Guerra Mundial, o entreguerras, o pós-guerra, a Convenção de Haia de 1954 e as épocas mais recentes. O escrito dedica-se, portanto, a analisar as regras internacionais consuetudinárias e convencionais cujo conteúdo refere-se à transferência ou confisco de obras de arte e outros bens culturais, bem como a forma como ocorre a restituição desses bens ao Estado vítima e aos particulares nos casos de conflitos armados.

Dando continuidade ao tema analisado no texto anterior, na sequência é possível perceber a reafirmação do caráter consuetudinário da ilicitude presente nos atos de destruição, pilhagem, saque ou confisco de bens his-

tóricos e culturais. O problema debatido no âmbito do direito internacional refere-se, então, à diferença entre os conceitos de “bem cultural” e de “patrimônio cultural”. A importância em definir os lineamentos destes conceitos torna-se, assim, fundamental para compreender quais os interesses e valores protegidos pela norma em cada caso concreto, uma vez que não existe uma definição universal compartilhada acerca dos institutos.

O texto seguinte tem por objetivo examinar o papel e a importância das regras éticas no campo da propriedade cultural. Por mais que estas não tenham caráter vinculante, obrigatório, e sejam dirigidas a um universo limitado de destinatários em setores específicos, como o artístico, os padrões éticos podem ser mais rígidos do que os de natureza jurídica. Nesse sentido, segundo o autor, é possível verificar o surgimento no direito internacional de convenções munidas de normas que regulamentam condutas éticas voltadas diretamente às partes contratantes. No que diz respeito às fontes destas regras éticas, Frigo observa que elas se originam de organizações internacionais, institutos especializados, associações e instituições de comércio nacionais e internacionais, ou entidades públicas e privadas.

A segunda parte da coletânea, com ensaios sobre o Direito da União Europeia, inicia-se com um texto sobre a consolidação jurisprudencial do Tribunal de Justiça da União Europeia no que se relaciona à responsabilidade de natureza extracontratual dos seus Estados-membros. Neste quadro, Frigo examina a contribuição progressiva da jurisprudência deste Tribunal no que respeita ao impulso e ao desenvolvimento, no âmbito da competência prejudicial, da noção de responsabilidade do Estado-membro por danos causados aos particulares, avaliando o comportamento dos Estados, por meio de seus órgãos internos, em relação ao Direito da União Europeia.

O oitavo texto refere-se a questões atinentes às formas de notificação do réu, especificamente em matéria de decisão prejudicial do citado revel, no âmbito do Tribunal de Justiça da União Europeia. A análise foi realizada à luz do Regulamento n° 1.348/2000 e dos diversos meios de notificação

nele enumerados, em particular no que diz respeito a um possível caráter hierárquico de tal relação, no sentido de que, para o autor, a notificação via postal seria um meio “secundário”, enquanto os demais descritos nos artigos 4º a 11 do Regulamento seriam os meios principais.

Por fim, o nono e último texto da coletânea contém um estudo de Frigo voltado ao questionamento do fenômeno da cooperação transfronteiriça à luz da Convenção-quadro de Madri de 1980 sobre a cooperação transfronteiriça das coletividades ou autoridades territoriais, assim como do posterior Primeiro Protocolo adicional de Estrasburgo de 1995. Ambos os documentos foram elaborados pelo Conselho da Europa, voltados a regulamentar a cooperação entre coletividades dos Estados-membros e outras formas de cooperação interterritorial e inter-regional, buscando moldar um conceito jurídico para o que hoje se denomina “Euro-Região”.

5.

É por meio destas linhas, oferecidas aos leitores ao longo destes nove textos, reputados pelo grupo de pesquisadores em direito internacional de Florianópolis como sendo os principais ensaios e conferências de Manlio Frigo, que apresentamos o rico instrumental teórico e a análise aguda que caracteriza os escritos deste importante autor da Escola de Milão.

Arno Dal Ri Jr.

OBRAS, ARTIGOS E CAPÍTULOS DE LIVROS PUBLICADOS POR MANLIO FRIGO

Obras

Diritto della Comunità internazionale e dell'Unione europea. 2. ed. Torino: Giappichelli, 2011. 416 p. (Em colaboração com Alessandra Lang e Mara Valenti).

La circolazione internazionale dei beni culturali. Diritto internazionale, diritto comunitario e diritto interno. 2. ed. Milano: Giuffrè, 2007. 358 p.

Diritto dell'Unione europea e della Comunità internazionale. Casi e materiali. 1. ed. Torino: Giappichelli, 2005. 416 p. (Em colaboração com Alessandra Lang).

Diritto processuale civile e commerciale comunitario. Milano: Giuffrè, 2004. 335 p. (Em colaboração com Luigi Fumagalli e Sergio Carbone).

L'assistenza giudiziaria internazionale in materia civile. Padova: Cedam, 2003. 389 p. (Em colaboração com Luigi Fumagalli).

La circolazione internazionale dei beni culturali. Diritto internazionale, diritto comunitario e diritto interno. 1. ed. Milano: Giuffrè, 2001. 358 p.

Le limitazioni dei diritti patrimoniali privati nel diritto internazionale. Milano: Giuffrè, 2000. 260 p.

Artigos e Capítulos de Livros

Le patrimoine en danger et la responsabilité collective des États. In: NEGRI, Vincent (a cura di). *Le patrimoine culturel, cible des conflits armés*. Bruxelles: Bruylant, 2014. p. 137 et seq.

Italy. In: NAFZIGER, James; PATERSON, Robert (Eds.). *Handbook on the Law of Cultural Heritage and International Trade*. Cheltenham-Northampton: Edward Elgar, 2014. p. 234 et seq.

Le operazioni di ristrutturazione del debito obbligazionario alla luce delle norme Cedu in materia di diritto di proprietà. In: ADINOLFI, Giovanna; VELLANO, Michele (a cura di). *La crisi del debito sovrano degli Stati dell'area euro*. Profili giuridici. Torino: Giappichelli, 2013. p. 135 et seq.

La circolazione internazionale delle opere d'arte. In: NEGRI CLEMENTI, Gianfranco; STABILE, Silvia. *Il diritto dell'arte*. Milano: Skira, 2013. p. 181 et seq. Vol. II.

Article 5 — Language of the arbitration. In: DRAETTA, Ugo; LUZZATTO, Riccardo (Eds.). *The Chamber of Arbitration of Milan Rules: A Comentary*. Milano: JurisNet, 2012. p. 97 et seq.

Article 29 — Settlement and withdrawal. In: DRAETTA, Ugo; LUZZATTO, Riccardo (Eds.). *The Chamber of Arbitration of Milan Rules: A Comentary*. Milano: JurisNet, 2012. p. 499 seq.

Recognition and Enforcement of Judgments on Matters Relating to Personality Rights and the Recast Proposal of the Brussels I Regulation. In: POCAR, Fausto; VIARENGO, Ilaria; VILLATA, Francesca (Eds.). *Recasting Brussels I*. Padova: Cedam, 2012. p. 341 et seq.

The Role of the “International Network” and its Importance in Recent Italian Practice. In: RENOLD, Marc-André; CHECHI, Alessandro; BANDLE, Anne Laure (Eds.). *Resolving Disputes in Cultural Property*. Genève: Schulthess, 2012. p. 131 et seq.

Free Circulation of Arbitral Awards and Interaction between Structure of the Law and Structure of the Language. In: BHATIA, Vijay; GARZONE, Giuliana; DEGANO, Chiara. *Arbitration Awards. Generic Features and Textual Realisations*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2012. p. 14 et seq.

Insolvenza delle imprese e insolvenza degli Stati: analogie ed elementi di differenziazione. *Rivista di diritto internazionale privato e processuale*, 48, p. 865 et seq., 2012.

Droit international. In: CORNU-J., Marie; FROMAGEAU, Jérôme; WALLAERT, Catherine (sous la direction de). *Dictionnaire Comparé du droit du patrimoine culturel*. Paris: Ed. CNRS, 2012. p. 137 et seq.

Beni culturali e diritto dell'Unione europea. In: DE GREGORIO, Laura (a cura di). *Le confessioni religiose nel diritto dell'Unione europea*. Bologna, 2012. p. 245 et seq.

Notas sobre a evolução histórica do Instituto da Proteção Diplomática no sistema da Organização das Nações Unidas. *Seqüência: estudos jurídicos e políticos*, 31 (2011). p. 11-30.

Model Provisions on State Ownership of Undiscovered Cultural Objects: Introduction. *Uniform Law Review*, 2011. p. 1.024 et seq.

La formulation de la règle juridique et son interprétation dans l'ordre international. In: CORNU, Marie; MOREAU, Michel. *Traduction du droit et droit de la traduction*. Paris: Dalloz, 2011. p. 77 et seq.

Gli standard di tutela dell'UE a confronto con gli standard internazionali: la proprietà intellettuale. In: ROSSI, Lucia Serena (a cura di). *La protezione dei diritti fondamentali, Carta dei Diritti Fondamentali e Standards Internazionali*. XV Convegno Sidi, Bologna 10-11 giugno 2010. Napoli: Scientifica, 2011. p. 145 et seq.

Da Convenção de Madri à Euro-região: Provas de integração transfronteiriça. In: DAL RI JR., Arno; BEZ MARQUES, Guilherme; ARRUDA, Sônia Regina (Org.). *Santa Catarina nas Relações Internacionais*. Desafios da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina no Cenário Internacional. 1. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2010.

The Linguistic factor in the Circulation of Arbitral Awards and Some of its Pitfalls. In: BOELE-WOELKI, Katharina et al. (Orgs.). *Convergence and Divergence in Private International Law*. Liber Amicorum Kurt Siehr. Zürich: Sculthess, 2010.

Il Codice dei beni culturali: aspetti di diritto internazionale e comunitario. In: ALPA, Guido; CONTER, Giuseppe et al. *I beni culturali nel diritto*. Problemi e prospettive. Napoli: Scientifica, 2010. p. 33 et seq.

Diritti reali. In: BARATTA, Roberto (a cura di). *Dizionario di diritto internazionale privato*. Milano: Giuffrè, 2010. p. 116 et seq.

Notificazione all'estero. In: BARATTA, Roberto (a cura di). *Diritto internazionale privato*. Milano: Giuffrè, 2010. p. 243 et seq.

La spécificité des archives dans le droit international. In: CORNU-J., Marie; FROMAGEAU, Jérôme (sous la direction de). *Quel avenir pour les archives en Europe? Enjeux juridiques et institutionnels*. Paris: Harmattan, 2010. p. 163 et seq.

Rapport italien. In: *Travaux de l'Association Henri Capitant, Journées Louisianaises, Droit et culture*, Tome LVIII/2008. Bruxelles: Bruylant, 2010. p. 363 et seq.

L'accord portant création du Louvre Abou Dabi, musée universel: une double invention culturelle et juridique (com Marie Cornu). *Annuaire Français de Droit International* 2009, (2010). p. 111-135.

Ethical Rules and Codes of Honor Related to Museum Activities: A Complementary Support to the Private International Law Approach Concerning the Circulation of Cultural Property. *International Journal of Cultural Property*, 16 (2009). p. 49-66.

Protection of Cultural Property on Loan — Anti Seizure and State Immunity Laws: An Italian Perspective. *Antiquity and Law*, 2009. p. 49 et seq.

L'arbitrato e il diritto comunitario. In: RUBINO SAMMARTANO, Mauro (a cura di). *Arbitrato, ADR, Conciliazione*. Torino: Zanichelli, 2009. p. 487-508.

Les codes de conduite concernant la protection des biens culturels et le rôle des règles de déontologie: Quelques analogies entre le droit de l'art et le droit de la propriété intellectuelle. In: JUILLOIN, Marie Christine; MANDERIEUX, Laurent (Org.). *Mediare e rimediare: La contraffazione nella prospettiva franco-italiana e internazionale*. Roma: Aracne, 2008.

Regulación internacional y comunitaria de los museos y del movimiento internacional de bienes culturales. In: PENUÉLAS I REIXACH, Lluís (Org.). *Administración y Dirección de los museos: Aspectos jurídicos*. Madrid: Marcial Pons, 2008.

Responsabilità extracontrattuale degli Stati membri: effettività e rimedi giurisdizionali nella giurisprudenza della Corte di giustizia. *Rivista diritto internazionale privato e processuale*, 3, p. 643-680, 2008.

La protezione dei beni culturali nei territori occupati. Il divieto di esportare i beni culturali da un territorio occupato e gli obblighi di restituzione. In: BENVENUTI, Paolo; SAPIENZA, Rosario (Org.). *La tutela internazionale dei beni culturali nei conflitti armati*. Milano: Giuffrè, 2007.

Tutela dei crediti e profili problematici relativi alla notificazione degli atti all'estero. In: DE CESARI, Patrizia; FRIGESSI DI RATTALMA, Marco. *La tutela transnazionale del credito*. Torino: Giappichelli, 2007. p. 67 et seq.

Le rôle des codes de déontologie entre droit de l'art et régulation du marché. *Journal du Droit International*, 143 (2007), p. 883-898.

Politica comunitaria dei trasporti, sicurezza e attuazione dello "spazio ferroviario europeo". *Diritto dell'Unione europea*, 3 (2007), p. 203 et seq.

Problemi applicativi della normativa comunitaria in materia di notificazioni di atti giudiziari. *Rivista di diritto internazionale privato e processuale*, 42, p. 5-22, 2006.

Organi giurisdizionali di ultima istanza, violazione del diritto comunitario e responsabilità extracontrattuale degli stati membri. *Il Foro Padano: Rivista di giurisprudenza e di dottrina*, 62, p. 149-156, 2006.

Protezione diplomatica. In: CASSESE, Sabino (Org.). *Dizionario di diritto pubblico*. Milano: Giuffrè, 2006.

O Desfrute Pacífico da Posse, a Expropriação e o Controle do Uso de Propriedade no Sistema Europeu de Proteção dos Direitos Humanos. In: DAL RI JR., Arno; OLIVEIRA, Odete Maria (Orgs.). *Direito Internacional Econômico em Expansão: desafios e dilemas*. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

Dalla Convenzione di Madrid all'Euroregione: prove di integrazione transfrontaliera. *Diritto dell'Unione europea*, 2005. p. 697-718.

La protezione di arte, scienza, ricerca e cultura (una prospettiva internazionale). *Annali Italiani del Diritto d'Autore della Cultura e dello Spettacolo*, 14 (2005). p. 80-100.

Cultural property vs. Cultural Heritage: A "Battle of Concepts" in International Law? *International Review of the Red Cross*, 86, p. 367-378, 2004.

Looted Art and Public International Law: General Principles and International Convention. In: RENOLD, Marc-André; GABUS, Pierre (Orgs.). *Claims for the restitution of looted art*. La revendication des uvres d'art spoliées. Genève, Zürich, Bâle: Art Law Centre, 2004.

Traces of Relativism in the Contemporary Practice of International Protection of Cultural Property: Reciprocal v. Erga Omnes Duties. In: SCOVAZZI, Tullio (Org.). La protezione del patrimonio culturale sottomarino nel mare Mediterraneo. Milano: Giuffrè, 2004.

Profili relativi alla circolazione e alla restituzione dei beni culturali in ambito internazionale. In: CAMARDA, Giulio; SCOVAZZI, Tullio (Org.). *The protection of the underwater cultural heritage: Legal aspects*. Milano: Giuffrè, 2002.

Il regolamento comunitario sulla notificazione degli atti in materia civile o commerciale. *Rivista di Diritto Processuale*, 2002. p. 102.

Caratteri e metodi di soluzione delle controversie in tema di proprietà e di autenticità di opere d'arte. *Rivista di diritto internazionale privato e processuale*, 2001. p. 321 et seq.

Peaceful Enjoyment of Possessions, Expropriation and Control of the Use of Property in the System of the European Convention of Human Rights. *The Italian Yearbook of International Law*, X (2000). p. 45.

Le procedure di recupero del credito ed esecutive in Italia e in altri Paesi UE. In: CASTAGNOLA, Andrea; BOZZOLA, Gianbattista; CAMPEIS, Giuseppe (Org.). *Diritto europeo*. Nuove regole per un sistema unico di rapporti giuridici economici monetari. Pordenone: Irse, 1999.

Questioni in tema di rivendicazione e restituzione di beni culturali di proprietà privata al termine di conflitti armati. *Il diritto del commercio internazionale*, 12 (1998). p. 355-384.

Le limitazioni al diritto di proprietà e all'esercizio delle attività economiche nella giurisprudenza della Corte di giustizia. *Rivista di diritto internazionale privato e processuale*, 34 (1998). p. 51-78.

Commento all'art. 25 della Legge comunitaria per il 1994. *Il diritto dell'Unione Europea*, 1 (1996). p. 561-567.